

Análise da Implementação da Política de Psicólogos Escolares no Centro de Desenvolvimento Integral da Secretaria de Educação de Barbalha-CE

Produto tecnológico/Apresentação do produto em painel na modalidade virtual

Autora: Missicleia Janaina Magalhães

Orientador: Prof. Dr Francisco Raniere Moreira da Silva

Resumo: O estudo apresenta o produto de relatório de análise de política pública entregue no contexto de vivência da residência social do curso de Administração Pública e Gestão Social (APGS) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). A residência foi desenvolvida na Secretaria Municipal de Educação (SME) de Barbalha-CE, especificamente no Centro de Desenvolvimento Integral (CDI), entre 10 de fevereiro a 27 de março de 2025, totalizando 96 horas de atividades. O principal objetivo da residência foi analisar a política pública que institui a presença dos psicólogos na educação básica, conforme institui a Lei nº13.935/2029, com ênfase na implementação do CDI, órgão municipal criado pela Lei nº2.692/2023, sancionada em 14 de fevereiro de 2023.

Durante a residência, houve a aplicação de questionários com os psicólogos, gestores escolares e à diretora do CDI, com intuito de compreender as percepções dos atores sobre a implementação da política e, identificar desafios e melhorias. O trabalho foi a *locus*, onde houve a visita em três escolas municipais. Os resultados demonstraram a importância e necessidade do profissional da psicologia no ambiente escolar, mas também revelou a necessidade de maior integração entre setores e aprimoramento das práticas.

Em síntese, o relatório destaca a importância do centro como uma iniciativa inovadora para a região do Cariri, recomendando a continuidade e expansão da política, com ênfase no fortalecimento da educação integral e o suporte socioemocional na educação pública.

O objetivo do produto é realizar uma análise acerca da implementação da política pública (PP) que institucionaliza a presença de psicólogos na educação básica, no Centro de Desenvolvimento Integral (CDI) nas escolas públicas municipais de Barbalha-CE, sob o ponto de vista do implementador.

Para alcançar isso têm-se três objetivos específicos, primeiro: aplicar formulários e coleta de feedbacks da gestão escolar e dos psicólogos escolares para entender suas percepções sobre a política; segundo, Destacar a importância da colaboração entre diferentes setores (educação, saúde, assistência social) para fortalecer a referida, promovendo uma abordagem integral e integrada; terceiro, Impulsionar a replicação da política em outros municípios, identificando boas práticas e facilitando a disseminação de experiências bem-sucedidas.

Conceitos e abordagens teóricas

Com frequência, o psicólogo é visto apenas como um profissional de consultório, mas sua atuação pode ir muito além, como é o caso do psicólogo escolar, cuja abordagem se distancia dessa postura tradicional. No Brasil, essa perspectiva começou a se transformar no início do século XX, com a chegada da psicanálise, os estudos de Sigmund Freud (1856-1939) influenciaram a compreensão sobre a origem das diferenças pessoais. Nas

faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, foi introduzido o modelo clínico da psicologia escolar, objetivando identificar e tratar crianças com dificuldades de aprendizagem (Lima, 2005).

Para Antunes (2008), a psicologia escolar se caracteriza como um campo profissional específico, cuja ênfase está centrada no processo educacional formal. Seu principal objeto de estudo é o ambiente escolar e as interações que nele ocorrem.

Ademais, a promulgação da Lei no 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia nas redes públicas de educação básica, evidencia legalmente a necessidade do profissional no contexto escolar. Tal medida busca promover a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação ativa da comunidade escolar e do psicólogo na mediação das relações sociais e institucionais (Brasil, 2019).

Destarte, urge a necessidade de analisar/avaliar os efeitos dessa política ainda que uma análise sucinta da percepção daqueles que vivenciam-lá na prática. Decorrente disso, utilizou-se a análise de PP à luz de Secchi, na qual analisar PP consiste no estudo de fenômenos complexos por meio da divisão destes em partes, examinando as inter-relações entre essas. Tal abordagem permite que haja maior compreensão do funcionamento do todo (Secchi, 2016).

Além disso, a análise de PP (policy analysis) permite que o analista desenvolva um pensamento inovador, ou seja, que pense “fora da caixa”. Isso ocorre porque o analista possui estratégias que auxiliam na geração de alternativas, proporcionando uma postura criativa durante o processo. O analista ainda contribui com relatórios de PP ao apresentar diferentes opções para enfrentar os problemas identificados na fase analítica (Secchi, 2016).

Considerando que a política analisada no produto entregue já estava em implementação, é válido destacar que as análises sobre a implementação precisam aprofundar sua perspectiva para entender os diversos processos decisórios, os quais se fundamentam em distintas modalidades de coordenação entre os atores envolvidos (HILL; HUPE, 2003). Em consonância, Lotta (2015), discute que para analisar a implementação é importante compreender quem são os atores, como ocorre a comunicação e a atuação sobre a implementação.

Portanto, a função do analista de PP, envolve definir o problema público, elaborar alternativas viáveis, medir os custos e benefícios associados, além de possibilitar a resolução ou antecipação de possíveis conflitos de interesses. Isso, com ênfase na repetição de erros, imitações inadequadas, ou interesses pessoais, o analista busca superar suposições infundadas para prevenir falhas na implementação das políticas (Secchi, 2016).

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na legislação vigente e realizada em parceria com a diretoria do CDI. Para a coleta de dados, foram elaborados três tipos de formulários, um primeiro sendo direcionado aos seis psicólogos escolares, o segundo aos sete gestores escolares (diretores e coordenadores) e o terceiro à diretora do CDI. Os questionários possuíam perguntas fechadas em escala de 1 a 4, além de questões abertas, e foram aplicados tanto presencialmente quanto remotamente, conforme as condições logísticas e de tempo.

O processo analítico envolveu visitas presenciais e reuniões virtuais para apresentação dos objetivos e aplicação dos questionários, buscando captar percepções sobre a implementação da política dos psicólogos na rede municipal de ensino.

A amostra contemplou três escolas municipais de Barbalha-CE, selecionadas com base em critérios geográficos para garantir diversidade de contextos, a justificativa da quantidade de escolas deu-se devido ao tempo limitado da atividade de Residência Social, a qual possui uma carga horária de 96h. A aplicação dos instrumentos ocorreu entre 25 de fevereiro e 20 de março de 2025, com o apoio da diretoria do CDI na elaboração das perguntas e na articulação com os participantes.

Público a quem se destina

O relatório construído destina-se especialmente à Secretaria Municipal de Educação de Barbalha-CE (incluindo o CDI), aos profissionais envolvidos na pesquisa (psicólogos e gestores escolares) e à comunidade escolar como um todo. Também, a pesquisadores, estudantes e gestores públicos que busquem conhecer experiências práticas relacionadas à implementação da política dos profissionais da psicologia no ambiente escolar, bem como à atuação multiprofissional na educação básica.

Status de desenvolvimento do produto

O desenvolvimento do relatório, tanto na parte teórica quanto prática, ocorreu durante as 96 horas destinadas à residência social. O relatório foi apresentado à diretoria do CDI e, posteriormente, será encaminhado ao município de Mauriti-CE, cidade natal da autora, que percebe a necessidade da aplicabilidade do trabalho naquele contexto, e ainda aos demais municípios para que adapte a política aos seus contextos. O produto foi entregue ao centro com o intuito de apresentar aos gestores um feedback acerca das percepções daqueles que estão na linha de frente da implementação da política, a fim de verificar os efeitos e oportunidades da PP. Como também, no intuito de aproximar a academia da sociedade, especialmente no que concerne a um dos cursos do campo de públicas com mão de obra qualificada a esse tipo de análise.

Referências

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, p. 469-475, 2008.

BRASIL. Lei no 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 238, p. 1, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 14 maio 2025.

DE LIMA, Aline Ottoni Moura Nunes. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. **Psicologia Argumento**, v. 23, n. 42, p. 17-23, 2005.

LOTTA, Gabriela (org.). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2019. 321 p.

Secchi, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções** / Leonardo Secchi. São Paulo: Cengage Learning, 1026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARBALHA. SME inaugura o Centro de Desenvolvimento Integral - CDI, um equipamento pioneiro na educação socioemocional no Ceará. Barbalha, 17 abr. 2024. Disponível em:

<https://barbalha.ce.gov.br/informa/2163/sme-inaugura-o-centro-de-desenvolvimento-integral->

Acesso em: 21 out. 2024.